ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 5725/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2005 da secretária-geral da Assembleia da República:

Susana Maria Gomes da Costa — nomeada provisoriamente, precedendo concurso, pelo período probatório de um ano, adjunta parlamentar de 2.ª classe da área de relações públicas e protocolo (1.º escalão, índice 222). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — Por delegação da Secretária-Geral, a Directora de Serviços, *Maria Teresa Fernandes.*

Despacho n.º 5726/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2005 da secretária-geral da Assembleia da República:

Maria Isabel de Jesus Ferreira Castela Correia, Eugénia Maria dos Santos Carreira Rodrigues, Leonilde de Jesus Fonseca Ribeiro, Maria Madalena da Fonseca Rebelo, Prudência Lourenço Lopes Cardoso, Anabela da Purificação Santos e Ilda do Carmo Ramos dos Santos — nomeadas, precedendo concurso, secretárias parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (3.º escalão, índice 244).

Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos, Maria Margarida Lourenço Penas Patrício e Ana Rosa Pereira Gonçalves — nomeadas, precedendo concurso, secretárias parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (2.º escalão, índice 233).

Tânia Raquel Lamas Ferreira Salgado, Maria Regina dos Santos de Sá e Silva e Maria Isaura Brás Cardoso Barriga — nomeadas, precedendo concurso, secretárias parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 222).

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — Por delegação da Secretária-Geral, a Directora de Serviços, *Maria Teresa Fernandes.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos do Mar

Despacho n.º 5727/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o licenciado Miguel José Leite Neves Roque Martins das funções de adjunto do meu Gabinete.

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado para os Assuntos do Mar, *Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz.*

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 5728/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no chefe do meu Gabinete, licenciado Rui Crull Tabosa, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Relativos à gestão do pessoal do meu Gabinete;
b) Relativos à gestão do orçamento do Gabinete, incluindo a autorização das alterações orçamentais que se revelem necessárias à sua execução, desde que não careçam da intervenção do Ministério das Finanças e da Administração Pública;
c) Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
d) Autorizar a deslocação e a requisição de guias de transporte, incluindo por via aérea, ou a utilização de viatura própria por membros do Gabinete ou por individualidades que tenham de se deslocar em serviço do mesmo, nos termos dos artigos 20.º, 22.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
e) Autorizar a utilização de carro de aluguer quando indispensável e o interesse do serviço o exigir, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
f) Autorizar a constituição de fundos de maneio, bem como as despesas por conta do mesmo, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
g) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal e complementar e feriados, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
h) Autorizar a deslocação e a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 14.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 438/88, de 29 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 267/89, de 18 de Agosto, a favor de membros do Gabinete ou de individualidades designadas por mim para se deslocarem ao estrangeiro e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
i) Autorizar a aquisição de passes sociais ou de assinaturas para utilização em transportes públicos relativamente a deslocações em serviço oficial;
j) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;
l) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços por conta das dotações orçamentais do Gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite dos montantes referidos nas competências atribuídas aos directores-gerais;
m) Autorizar as despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afecto ao mesmo, nos termos das disposições legais aplicáveis.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, ficando contudo ratificados todos os actos praticados pelo meu chefe do Gabinete desde 24 de Novembro de 2004 no âmbito das competências delegadas.

24 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, *António Edmundo Barbosa Montalvão Machado.*

Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação

Despacho n.º 5729/2005 (2.ª série). — Considerando o excelente, meritório e louvável trabalho desenvolvido pelo Clube Atlético e Cultural ao longo dos seus 30 anos de existência;

Considerando que esta colectividade, fundada em 6 de Maio de 1974 tem, paralelamente à prática desportiva, dinamizado a sua acção com iniciativas de carácter social e cultural;

Considerando a especial atenção que este clube tem dado à formação dos jovens, não só com a finalidade da animação dos seus tempos livres mas também com o objectivo de formação de praticantes desportivos, promovendo e fomentando a prática desportiva no concelho em que está fortemente inserido;

Tendo em atenção as capacidades do clube manifestadas na oferta de diferentes modalidades desportivas aos seus associados, nomeadamente atletismo, ginástica, futebol, karaté, taekwondo, ténis e xadrez;

Considerando que este clube tem manifestado preocupação no sentido de alargar a prática desportiva ao maior número possível de associados, cumprindo desse modo o paradigma de mais desporto;

Considerando o prestígio que tem sido conseguido para o desporto português pelo Clube Atlético e Cultural, através da organização do assinalável Torneio Internacional de Futebol Infantil, que teve a sua primeira edição em 1981;

Considerando que o Clube tem demonstrado ao longo destes 30 anos grande vitalidade e uma notável dinâmica organizativa e participativa, ocupando, por isso, um lugar de destaque, no seu concelho e distrito, sendo testemunho disso as distinções com que já foi agraciado, medalha municipal de mérito desportivo pela Câmara Municipal de Loures e medalha de honra da Junta de Freguesia da Pontinha;

Considerando que a memória do tempo deve reconhecer e dar público louvor ao bom trabalho desenvolvido por todos os dirigentes, técnicos, praticantes desportivos e associados ao serviço do Clube:

Determina-se que seja atribuída ao Clube Atlético e Cultural a medalha de bons serviços desportivos, nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 55/86, de 15 de Março.

18 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação, *Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.*

Secretaria-Geral

Contrato (extracto) n.º 493/2005:

Catarina Isabel Alves Mendes Silva Medeiros — celebrado contrato de trabalho a termo certo, em 14 de Fevereiro de 2005, com a

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, representada pelo responsável, Prof. Doutor Manuel Alexandre Ferreira Pinto de Abreu, em cumprimento da autorização do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e ao abrigo do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, publicada em 17 de Janeiro de 2005. A segunda outorgante é contratada para exercer, sob a direcção do primeiro outorgante, funções de jurista, auferindo a remuneração ilíquida mensal de € 3847,30, tendo ainda direito aos subsídios de férias e de Natal. O presente contrato tem início no dia 15 de Fevereiro de 2005 e vigorará até 30 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego.*

Despacho n.º 5730/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Janeiro de 2005, com a anuência da presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres:

Fausto Manuel da Conceição Gomes, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres — transferido, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, para o quadro do pessoal desta Secretaria-Geral, com efeitos a 1 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Março de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego.*

Despacho (extracto) n.º 5731/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2005, com a anuência do director-geral do Património, Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 9 de Fevereiro de 2005:

Carla Margarida Simão Matos da Costa, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património — transferida para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, com efeitos a 1 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego.*

Agência Portuguesa de Segurança Alimentar

Despacho n.º 5732/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a assistente administrativa principal Isabel Maria Lourenço Bernardo Rodrigues Teixeira para exercer funções de secretariado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2004.

22 de Fevereiro de 2005. — A Presidente, *Isabel Meirelles.*

Despacho n.º 5733/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a técnica profissional de 1.ª classe Graça Maria dos Santos Ferreira Varela Marques para exercer funções de secretariado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2004.

22 de Fevereiro de 2005. — A Presidente, *Isabel Meirelles.*

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Aviso n.º 2754/2005 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se torna público que, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso, se aceitam reclamações à lista de antiguidade dos funcionários do quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres referida a 31 de Dezembro de 2004, que se encontra afixada na sede deste serviço.

3 de Março de 2005. — A Vice-Presidente, *Ana Palmira Antunes de Almeida.*

Instituto da Comunicação Social

Aviso n.º 2755/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal do Instituto da Comunicação Social reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Da organização da lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da publicitação deste aviso, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do referido diploma legal.

3 de Março de 2005. — A Directora do Departamento, *Maria de Aires Aleluia.*

Instituto do Desporto de Portugal

Louvor n.º 192/2005. — Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni desempenhou funções no Instituto do Desporto de Portugal e nos organismos da Administração Pública desportiva que o antecederam durante 23 anos;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo foi uma das pioneiras da luta contra a dopagem no desporto em Portugal, pois iniciou em 6 de Dezembro de 1981 funções no então Laboratório Central da Direcção-Geral do Apoio Médico, embrião do actual Laboratório de Análises e Dopagem;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni esteve envolvida no processo da primeira reacreditação do então Laboratório de Análises de Dopagem e Bioquímica, pelo Comité Olímpico Internacional e na grande maioria das reacreditações anuais do Laboratório de Análises e Dopagem, inicialmente pelo Comité Olímpico Internacional e actualmente pela Agência Mundial Antidopagem;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni teve um contributo fundamental e essencial para a reacreditação do Laboratório de Análises e Dopagem para o ano de 1999, após um período muito difícil para o mesmo resultante da saída de todos os seus técnicos superiores no final de 1997, com a excepção da supracitada técnica;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni esteve intimamente ligada a todos os momentos importantes da vida do Laboratório de Análises e Dopagem desde a sua fundação, nomeadamente na participação do mesmo em numerosos campeonatos do mundo e da Europa disputados em Portugal e muito particularmente no recente Euro 2004;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni era conselheira do Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) desde 1998, participando activamente em todas as actividades daquele Conselho;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni integrava a comissão técnica do CNAD participando desse modo na emissão de pareceres técnico-científicos que suportaram as decisões daquele Conselho;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni participou em diversos trabalhos de investigação científica ao longo da sua carreira profissional, donde resultaram diversos trabalhos científicos apresentados em reuniões científicas a nível nacional e internacional;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni sempre desempenhou as suas funções com grande empenhamento, dedicação, profissionalismo e disponibilidade total, prejudicando muitas vezes inclusivamente a sua vida familiar;

Considerando que a Dr.ª Maria do Carmo Manzoni tinha uma invulgar forma de estar e de se relacionar com todos os funcionários do Laboratório de Análises e Dopagem, contribuindo determinantemente para a criação do espírito de equipa que se sente actualmente no Laboratório de Análises e Dopagem;

Considerando que por todos estes factos prestou relevantes serviços públicos ao desporto e ao País, sendo de publicamente enaltecer e valorizar a sua dedicação, empenho e profissionalismo:

Louvo a título póstumo a Dr.ª Maria do Carmo da Costa Manzoni de Sequeira, técnica superior principal do Laboratório de Análises e Dopagem do quadro do ex-Instituto Nacional do Desporto.

3 de Março de 2005. — O Presidente, *José Manuel Constantino.*

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho

Despacho n.º 5734/2005 (2.ª série). — A Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, com as alterações constantes da Portaria n.º 392/2002, de 12 de Abril, estabelece o regime de criação, organização e funcionamento dos cursos de especialização tecnológica (CET), no contexto das formações pós-secundárias não superiores.

Os CET, cujos princípios se enquadram nas orientações definidas no Plano Nacional de Emprego, visam aprofundar o nível de conhe-